

Comunicação Pública e Mudanças climáticas na Amazônia: Análise das incidências a partir dos perfis governamentais¹

Danielly Oliveira Inomata²
Rayanne Azevedo de Souza³
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

RESUMO

A comunicação pública possui a finalidade de garantir um elo entre o Estado e a sociedade. O estudo buscou analisar a existência ou não dessa prática em perfis governamentais no que diz respeito as mudanças climáticas na Amazônia. Quanto ao método, a pesquisa considerou a netnografia, quanto ao levantamento dos dados utilizou-se como estratégia de busca os termos “Amazônia”, “Mudanças climáticas” e “Norte”, cujo recorte temporal foi observado entre os meses de janeiro até setembro de 2024. Quanto aos resultados, os perfis dos ministérios que mais trataram da temática foram o da Saúde, Meio Ambiente e Mudança do Clima, Turismo, e demonstram uma comunicação pública moderada, pois somente 60% das publicações foram divulgadas nos sites e nos perfis governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: amazônia. mudanças climáticas; comunicação pública; metaredes; mídias sociais.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem visa analisar a existência ou não da comunicação pública sobre mudanças climáticas na Amazônia, em perfis governamentais nas mídias sociais. Para isso, utiliza como recorte a Amazônia Legal, em especial a área que cobre a região norte corresponde à 7 estados conforme os dados do IBGE (2022), diante desse amplo território é necessário compreender que cada estado e suas regiões possuem características únicas e que são tratadas de formas diferentes (Almeida, 2016, p. 46).

A região sofre com as mudanças climáticas tanto no contexto sucedidos de causas climáticas, como também com ações provocadas pelos seres humanos, conforme Nobre, Sampaio e Fernández-Salazar (2007, p. 25) comentam: “[...]vem sendo submetida a pressões ambientais de origem antrópica crescentes nas últimas décadas, tanto pressões diretas advindas dos desmatamentos e dos incêndios florestais, como pressões resultantes do aquecimento global”.

Em vista, é necessário compreender que a Amazônia apresenta em sua extensão problemas que atingem um cenário ambiental que vai de encontro com a população e as

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, Informação e Mudanças Climáticas, evento integrante da programação do 22º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, realizado de 28 a 30 de maio de 2025.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGIC-UFAM), email: dinomata@ufam.edu.br.

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGIC/UFAM), email: azevedorayanne97@gmail.com.

políticas públicas. Disto isto, este trabalho apresenta conceitos da comunicação pública para abordar sobre as questões que envolvam o entrelace dos ministérios do atual governo, ao falar sobre mudanças climáticas no contexto amazônico e, ao mesmo tempo, busca observar se essa gestão está utilizando da comunicação pública para tratar da temática em seus diferentes ministérios.

Em face as problemáticas apontadas por Abramovay (2019, p.17), cerca de 20% da região amazônica têm sofrido com o desmatamento, nessa perspectiva, questiona-se:

De que forma os ministérios governamentais estão comunicando as questões climáticas da Amazônia?

2 Metodologia e procedimentos operacionais

Quanto ao objetivo, a pesquisa é exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa. Utilizando como método a netnografia de Kozinets (2014) por se tratar de estudos voltados no ambiente online.

O ponto de partida da coleta iniciou com uma busca por meio dos termos “mudanças climáticas”, “Amazônia” e “norte” nos 31 perfis dos ministérios governamentais brasileiros, durante janeiro até setembro de 2024.

Após o mapeamento das publicações com conteúdo sobre mudanças climáticas na Amazônia, coletou-se os seguintes metadados: título do ministério, “link”, a existência ou não da divulgação dessa notícia entre as mídias sociais e quais são. Os dados foram organizados em uma planilha do Microsoft Excel com a finalidade de elaborar gráficos.

Vale ressaltar que durante a coleta dos dados, no mês de setembro ocorreu o bloqueio do X (Twitter) no Brasil, por esse motivo essa mídia social ficou de fora das análises por conta da impossibilidade de acesso.

3 A questão da comunicação sobre mudanças climáticas na Amazônia

Ao pensar em redes, autores como Tomaél e Marteleto (2013, p. 248), conceituam como sendo: “[...] um conjunto de atores e suas ligações”. Castells (2003, p. 6) aborda a formação de redes no ambiente da internet como um fenômeno: “um conjunto de nós interconectados. A formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet”. Ambos os autores apresentam a ideia de rede como conexão de atores/nós.

As redes de informação são revigoradas ao serem construídas e alimentadas pelos seus criadores e conteúdo, além de serem consumidas e receberem interações pelo público (Castells, 2003).

As redes são formadoras de organizações e que na internet essa constituição dá-se por sites, comunidades etc, Castells (2003, p. 6) comenta sobre a internet como “[...] a produção histórica de uma dada tecnologia molda seu contexto e seus usos de modo que subsistem além de sua origem”, cabendo a reflexão de que no ambiente online abre espaços para discussão sobre mudanças climáticas e demais pautas, o conceito de redes nesse artigo se entrelaça a meta-redes.

Inomata (2017, p. 299) reflete sobre as meta-redes como: “um sistema composto por diversos atores de diferentes organizações e instituições, que atuam entre as tramas da rede, de maneira autônoma, compondo redes de redes”, o que aplicado a este trabalho, os ministérios do governo atuam como meta-redes visto que tratam de temáticas divergentes, porém que podem se encontrar ao tratar de um mesmo tema em visões diferentes, ampliando essas redes e criando novas formas de atores se encontrarem e transmitir ideias.

Sobre a comunicação pública, abre-se para a discussão o trabalho de Leal Filho (2016, p. 2), onde o autor traz a reflexão do papel social da comunicação pública presente no estado: “Em se tratando de comunicação pública a questão é mais aguda já que quase sempre, em última instância, ela depende de algum tipo de impulso dos gestores governamentais do Estado”, dessa forma entende-se que para a comunicação pública ser assertiva ela precisa ser foco de interesse governamental.

No caso desse trabalho, a comunicação pública é vista como um alicerce entre as preocupações da sociedade, com ênfase nos estados amazônicos da região norte, atuando como um termômetro para saber as ações que o atual governo, constituído pelos seus 31 ministérios vem comunicando. Essa premissa vem apoiada na ideia da comunicação pública ser vista como uma estratégia comunicacional que visa estreitar relações entre o governo e o público (Novelli 2006).

A comunicação pública revela-se uma das formas do governo conseguir atingir os indicadores de interesse da população, a partir do que Novelli (2006, p. 85) considera sobre a troca de informações entre o que a comunidade deseja saber e o que o governo sabe pois é um “[...] processo de comunicação que ocorre entre as instituições públicas e

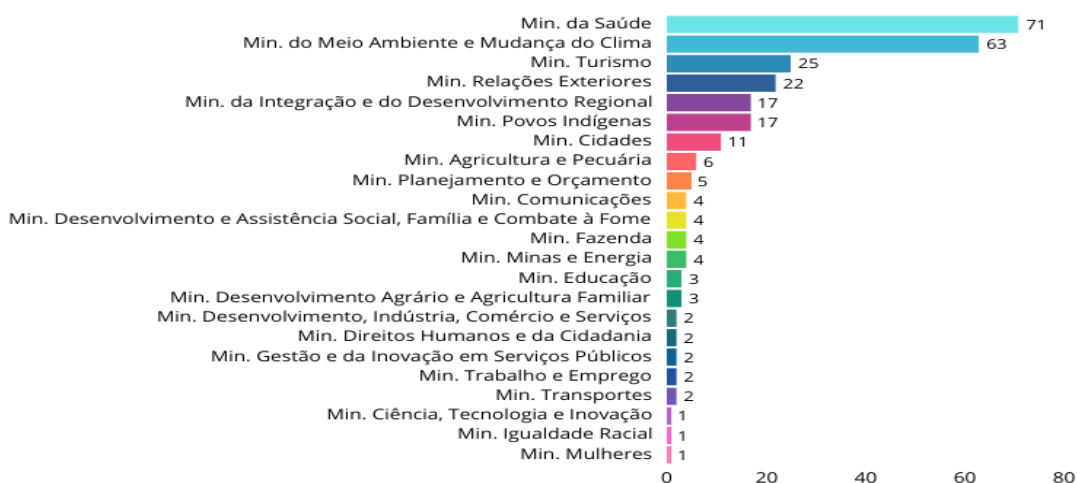
a sociedade e que tem por objetivo promover a troca ou o compartilhamento das informações de interesse público”.

Mainieri e Ribeiro (2011 p. 53) reforçam essa ação: “O intuito precípua da comunicação pública é transmitir informação de interesse público aos cidadãos, o que se constitui em passo inicial para estabelecer um diálogo e uma relação entre Estado e sociedade”. Assim, a comunicação pública sobre as mudanças climáticas no cenário amazônico é uma das fontes de interesse que, por meio de uma coleta de dados, observou sua incidência em 2024, considerando que os sites governamentais agiam em meta-redes com seus próprios perfis nas mídias sociais presentes na “web”.

4 RESULTADOS

Foram coletadas 272 publicações onde conforme o Gráfico 1 é observado um *ranking* dos ministérios que mais abordaram a temática mudanças climáticas utilizando como panorama a Amazônia da região norte.

Gráfico 1 - Presença das mudanças climáticas na Amazônia dentro dos sites governamentais.



Fonte: As autoras (2024).

O gráfico 1 permite observar que dentre os 31 ministérios existentes no atual governo, oito não abordaram conteúdos sobre mudanças climáticas durante os meses de janeiro a setembro de 2024. Em frente as quantidades de publicações elaboradas nos sites oficiais, houve um recorte do quantitativo desse material que foi replicado nas mídias sociais, o que é notado ao observar dados sobre a divulgação, em que de 60% apresentou as 166 notícias divulgadas, enquanto 40% representam as 106 publicações que permaneceram somente a quem acessava ao site governamental.

Esses dados expressam uma quantidade mais próxima do equilíbrio entre o que é divulgado em outras mídias, e o que permaneceu somente no site. Essa prática foi

percebida com ênfase em ministérios de ampla divulgação como o Ministério da Saúde que divulgava a agenda regional de campanhas, e no Ministério das Relações Exteriores que possui como característica a rotina de divulgar notas à imprensa, apesar da prática ser vista em ambos os ministérios, houve também a detecção de que publicações em outras redes governamentais também não divulgaram, sem motivo aparente.

Embora não seja objetivo desse estudo qualificar o conteúdo das notícias, mas é possível sinalizar que as notícias são predominantemente sobre adaptação aos desastres climáticos e ambientais, espelhando a situação brasileira quanto à questão das mudanças climáticas no território da Amazônia legal, com recorte a região norte do Brasil.

Conclusões

É notável a comunicação pública como um agente divulgador, mas que também atuante como parte da democracia. Em destaque, ao considerar o compromisso que o Ministério da Saúde teve em divulgar de forma personalizada um calendário vacinal levando em consideração o clima da região norte, esse perfil governamental mostrou o seu compromisso em fazer a comunicação pública com os atores que ultrapassam suas redes, ultrapassando em números o próprio Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. É interessante observar um posicionamento muito diferente dos adotados no Governo 2019-2022, o que já permite identificar melhorias no processo de comunicação pública.

Conclui-se que os ministérios da Saúde, Mudança do Clima e Meio Ambiente, Turismo e Relações Exteriores foram os mais engajados em abordar sobre as mudanças climáticas na região, mostrando de forma eficiente que é possível tratar de um mesmo tema (mudanças climáticas) com abordagens particulares na internet (site e mídias sociais), o que ajuda a própria população a transitar nessas redes informacionais de forma eficaz.

Por fim, o trabalho expôs uma incidência moderada que as meta-redes governamentais fazem ao utilizar da comunicação pública sobre as mudanças climáticas na região norte, o que estimula novos trabalhos em grau de comparação entre anos e governos, para saber se é uma prática comum do governo brasileiro, ou foi uma particularidade encontrada durante os meses de janeiro até setembro de 2024. Ademais, considera-se que a comunicação pública ao ser vista no recorte nortista ainda precisa melhorar, chegar em mais ministérios, ampliar suas redes de informação para que por

meio da divulgação o governo demonstre interesse e anseio por melhorias nas questões climáticas da região, além de que o público brasileiro entenda os problemas que outras regiões do próprio país enfrentam. Para futuras referências, está na agenda das pesquisadoras ampliar os estudos para uma pesquisa qualitativa, através do método de categorização das publicações coletadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019.

ALMEIDA, J.J. Políticas públicas e comunidades da Amazônia: o caso da Velha Marabá (1970-2000). **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 44–59, 2016. DOI: 10.20396/urbana.v8i2.8643591. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8643591>. Acesso em: 1 out. 2024.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

IBGE. **Amazônia Legal**. [S. l.: s. n.]. 2022. 1 mapa, color.,. Escala: 1:10.000.000. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2022/Mapa_da_Amazonia_Legal_2022_sem_sedes.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

INOMATA, D. O. **Redes colaborativas em ambientes de inovação: uma análise dos fluxos de informação**. 2017. 421 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Florianópolis: UFSC, 2017.

KOZINETTS, R. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEAL FILHO, L.L. Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1-7, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16983>. Acesso em: 29 nov. 2024.

MAINIERI, T.; RIBEIRO, E. M. A. O. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. **Organicom**, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 49-61, 2011.

NOBRE, C. A.; SAMPAIO, G.; FERNÁNDEZ-SALAZAR, L. Mudanças climáticas e Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 3, 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n3/a12v59n3.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

NOVELLI, A. L. C. R. O papel institucional da Comunicação Pública para o sucesso da governança. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 4, p. 74–89, 2006. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2006.138912. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/138912>. Acesso em: 29 nov. 2024.